



Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça
*Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de
2024 e relatório dos auditores independentes*



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Associados
Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça (o “Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas ou revisadas por auditores independentes. Nosso relatório não abrange as demonstrações financeiras dessa data.

Reapresentação das demonstrações financeiras

Como parte do nosso exame das presentes demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 2.15 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras do Instituto do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, e, nesse contexto, entendemos que tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto (SP), 11 de dezembro de 2025

A handwritten signature in blue ink that reads "Valor Up".

ValorUp Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP028585/O-0

A handwritten signature in blue ink that reads "André Luiz Corrêa".

André Luiz Corrêa
Contador CRC SP198337/O-2

Índice

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	7
2 Resumo das políticas contábeis materiais	9
3 Estimativas e premissas contábeis críticas	15
4 Instrumentos financeiros por categoria	15
5 Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	16
6 Contas a receber de alunos	16
7 Estoques	16
8 Outros ativos	16
9 Imobilizado	17
10 Fornecedores	18
11 Obrigações trabalhistas e previdenciárias	18
12 Adiantamentos para doações e subvenções	18
13 Provisão para contingências	19
14 Patrimônio líquido	19
15 Receitas	20
16 Trabalhos voluntários	21
17 Custo, Despesas gerais e administrativas e outras receitas, líquidas, por natureza	22
18 Resultado financeiro	23
19 Partes relacionadas	23
20 Cobertura de seguros	23
21 Eventos subsequentes	23

Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça

Balanço patrimonial em 31 de dezembro

Em reais

Ativo	Nota	2024	2023 (Reapresentado)	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023 (Reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.449.540	1.721.918	Fornecedores	10	144.836	32.527
Títulos e valores mobiliários	5	5.041.072	5.197.749	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	11	615.848	516.029
Contas a receber de alunos	6	154.960	122.862	Obrigações tributárias a recolher		1.328	5.648
Estoques	7	44.781	55.207	Adiantamentos de clientes		32.790	14.190
Tributos a recuperar		1.645		Adiantamentos para doações e subvenções	12	4.614.632	5.009.285
Outros ativos	8	73.053	22.149				
		8.765.051	7.119.885	Total do passivo		5.409.434	5.577.679
Não circulante							
Outros ativos	8	55.856	55.856	Patrimônio líquido	14		
Imobilizado	9	8.896.378	6.377.570	Patrimônio social		8.008.217	7.051.939
Intangível		32.028	32.584	Superávit acumulado		4.331.662	956.278
		8.984.262	6.466.010	Total do patrimônio líquido		12.339.879	8.008.217
Total do ativo		17.749.313	13.585.896	Total do passivo e do patrimônio líquido		17.749.313	13.585.896

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Nota	2024	2023
			(Reapresentada)
Receitas			
Subvenções governamentais	15	7.768.435	5.749.732
Contribuições e doações	15	2.813.621	2.588.580
Eventos e promoções	15	2.130.672	1.702.824
		12.712.728	10.041.136
Receitas com gratuidades	16	1.264.044	1.448.422
Receitas com trabalhos voluntários	16	100.900	92.576
Custo dos serviços prestados	16	(6.840.336)	(7.539.089)
Custos com gratuidades	17	(1.264.044)	(1.448.422)
Superávit bruto		5.973.292	2.594.623
Outras receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(1.867.251)	(1.292.448)
Despesas com trabalhos voluntários	16	(100.900)	(92.576)
Outras receitas, líquidas	17	13.375	
		(1.954.776)	(1.385.024)
Superávit antes do resultado financeiro		4.018.516	1.209.599
Receitas financeiras	18	357.592	502.252
Despesas financeiras	18	(44.446)	(755.573)
Resultado financeiro		313.146	(253.321)
Superávit do exercício		4.331.662	956.278

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	2024	2023
		(Reapresentada)
Superávit do exercício	4.331.662	956.278
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	4.331.662	956.278

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em reais

	Nota	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2022 - (reapresentado)		6.058.179	993.760	7.051.939
Apropriação do superávit do exercício anterior	14(a)	993.760	(993.760)	
Superávit do exercício			956.278	956.278
Em 31 de dezembro de 2023 - (reapresentado)		7.051.939	956.278	8.008.217
Apropriação do superávit do exercício anterior	14(a)	956.278	(956.278)	
Superávit do exercício			4.331.662	4.331.662
Em 31 de dezembro de 2024		<u>8.008.217</u>	<u>4.331.662</u>	<u>12.339.879</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Nota	2024	2023
		(Reapresentada)	
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício		4.331.662	956.278
Ajustes de despesas que não envolvem caixa			
Depreciação e amortização	9	522.870	457.717
Baixa do ativo imobilizado	9		328.211
		4.854.532	1.742.206
Variações nos ativos e passivos:			
Títulos e valores mobiliários - restritos		156.677	189.751
Contas a receber de alunos		(32.098)	(40.951)
Estoques		10.426	(37.461)
Tributos a recuperar		(1.645)	
Outros ativos		(50.904)	95.352
Fornecedores		112.309	(113.699)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		99.819	156.087
Obrigações tributárias a recolher		(4.320)	2.931
Adiantamentos de clientes		18.601	12.240
Adiantamentos para doações e subvenções		(394.653)	(169.143)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		4.768.744	1.837.313
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de bens do ativo imobilizado	9	(3.041.122)	(1.806.903)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(3.041.122)	(1.806.903)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		1.727.622	30.410
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	1.721.918	1.691.508
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	3.449.540	1.721.918

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em reais

1 Contexto operacional

(a) Informações gerais

O Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça (“Instituto” ou “IORM”), fundado em 5 de agosto de 2005, é uma associação civil, pessoa jurídica de direito privado de caráter filantrópico, sem fins lucrativos ou econômicos, com sede em Guaíra e com filiais em Ipuã, Miguelópolis e Orlândia, todas no estado de São Paulo e com prazo de duração indeterminado. Tem como objetivos promover a assistência social e o desenvolvimento humano, fornecendo proteção à família, à infância, à adolescência e à velhice, especialmente por meio de ações, serviços, projetos e programas no campo de atividades, podendo, ainda:

- ✓ Promover a cultura como um veículo de transformação e renovação de grupos sociais, através da participação ativa na dança, música, leitura, artes plásticas, teatro, cinema e outros;
- ✓ Promover atividades de apoio ao ensino público e privado de crianças e adolescentes em situação de risco social, por meio de iniciativas complementares às da escola formal, contribuindo para o desenvolvimento humano integral;
- ✓ Estimular e aprovar a prática desportiva de crianças e adolescentes para contribuir com a educação integral que acontece em vários tempos e espaços, muito além da escola e sobretudo, junto com a escola;
- ✓ Estimular a geração de renda por meio da experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-productivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- ✓ Promover o voluntariado; e
- ✓ Promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais.

O Instituto não visa obter lucros e compromete-se a aplicar integralmente suas rendas e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional.

(b) Órgãos de administração do Instituto

A Administração do Instituto é realizada pelos seguintes órgãos: Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo. Os membros não são remunerados por suas funções nesses órgãos e o Instituto não distribui lucros, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus mantenedores e dirigentes, empregando toda renda no cumprimento das finalidades definidas em seu estatuto. As atribuições da administração estão assim empregadas:

(b.1) Assembleia Geral

Constituída por todos os associados em dia com suas obrigações sociais. A Assembleia Geral representa o órgão soberano do Instituto. Tem como principais responsabilidades: (a) Eleger o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal; (b) Decidir sobre a reforma do estatuto; (c) Criar, elaborar, aprovar, modificar e atualizar o Regimento Interno; (d) Destituir os administradores; (e) Decidir sobre a extinção do Instituto e (f) Aprovar uma vez por ano, no primeiro trimestre relatório de atividades, plano de trabalho anual e os eventuais planejamentos estratégicos, elaborados pela equipe executiva e submetidos pelo Conselho Deliberativo.

Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em reais

(b.2) Conselho fiscal

O Conselho Fiscal será composto por três membros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato coincidente com o mandato da Administração.

Compete ao Conselho Fiscal:

- ✓ Fiscalizar os atos dos administradores e verificar os cumprimentos dos seus deveres legais e estatutários;
- ✓ Opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitido pareceres para o Instituto;
- ✓ Opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas a Assembleia Geral, relativas a modificação dos estatutos sociais, dos planos de transformação, incorporação, fusão ou cisão do Instituto;
- ✓ Analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações contábeis elaboradas pelo Instituto e sobre eles opinar.

(b.3) Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo será constituído de, no mínimo, cinco e, no máximo, nove membros, os quais são eleitos pela Assembleia Geral.

Compete ao Conselho Deliberativo:

- ✓ Selecionar, contratar, dispensar e fixar a remuneração do Gerente Executivo, se houver, respeitados os valores praticados pelo mercado na região onde exerce suas atividades, ou assumir suas funções na ausência deste.
- ✓ Decidir sobre a exclusão, recusa e admissão de associados;
- ✓ Analisar as contas do Instituto e recomendar adequações ao Gerente Executivo, quando necessário;
- ✓ Fixar as políticas de governança do Instituto; e
- ✓ Cumprir e fazer cumprir o Estatuto e supervisionar as atividades do Instituto.

O Gerente Executivo do Instituto será constituído por um membro, com as designações que forem definidas pelo Conselho Deliberativo quando da respectiva eleição. Compete ao Gerente Executivo do Instituto a administração executiva de suas atividades de modo geral, conforme definição do Estatuto social.

(c) Aspectos tributários e previdenciários

O Instituto é uma entidade de caráter filantrópico e, portanto, caracterizando-se como pessoa jurídica sem fins lucrativos. Dessa forma, possui imunidade e isenção em relação ao recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Programa de Integração Social - PIS sobre as receitas vinculadas às suas atividades e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS. A manutenção da sua isenção fiscal está sujeita ao não desvirtuamento de seus objetivos e finalidades estatutárias, ou ao não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação tributária aplicável a Instituto.

Apenas para fins de informação, caso estivesse sujeito ao pagamento (i) da COFINS e do PIS, no regime cumulativo, por exemplo, e (ii) à contribuição patronal sobre a folha de pagamento (quota patronal da contribuição previdenciária), teria apurado, no exercício de 2024, os montantes aproximados de R\$ 381.382 (R\$ 301.234 em 2023) e R\$ 82.633 (R\$ 65.267 em 2023), respectivamente.

Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em reais

(d) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras do Instituto foi autorizada pela Administração em 11 de dezembro de 2025.

2 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas nessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias Empresas - CPC para PMEs (R1). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados instrumentos financeiros ao seu valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Instituto foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros - ITG 2002 (R1).

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Títulos e valores mobiliários

Incluem aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez relacionadas aos projetos administrados pelo Instituto, cuja utilização está restrita a desembolsos dos referidos projetos.

Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em reais

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

O Instituto classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado);
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

(b) Custo amortizado

Os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

2.5.2 Reconhecimento, despreconhecimento e mensuração

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Instituto se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são despreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Instituto tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

No reconhecimento inicial, o Instituto mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesa no resultado.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em reais

2.5.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - *impairment*

O Instituto avalia as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

2.6 Instrumentos financeiros derivativos

O Instituto não opera com instrumentos financeiros derivativos.

2.7 Outros ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são representados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias auferidas e provisões para perdas na realização desses ativos que são constituídas com base na análise das expectativas de sua efetiva realização.

2.8 Imobilizado

Os bens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.9 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - *impairment*

Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.11 Adiantamentos para doações e subvenções governamentais

Os recursos financeiros recebidos de entidades governamentais para utilização em projetos desenvolvidos pelo Instituto, bem como os rendimentos auferidos em decorrência da aplicação desses recursos no mercado financeiro enquanto não são utilizados nos projetos, são registrados no passivo circulante em contrapartida de aplicações financeiras - restritas.

Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em reais

Quando os recursos são utilizados para compra de bens vinculados aos projetos, referidos bens são registrados no ativo imobilizado do Instituto e, automaticamente, ocorre a transferência dos valores para a rubrica Subvenções governamentais a apropriar, no passivo não circulante, que serão apropriados para a receita de acordo com o registro da depreciação dos correspondentes bens adquiridos.

2.12 Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e que refletem os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação é reconhecido no resultado do exercício, como despesas operacionais.

2.13 Outros passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.14 Reconhecimento de receita e apuração do superávit ou déficit

(a) Prestação de serviços

As receitas do Instituto são, substancialmente, contabilizadas quando ocorridas, dentro do período de competência.

As receitas oriundas de doações e subvenções e contribuições são registradas conforme orientação do Pronunciamento contábil CPC PMEs Seção 24 - Subvenção Governamental.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada.

(c) Demais receitas, custos das vendas e despesas

As demais receitas, custos e serviços prestados e despesas também são reconhecidas pelo regime de competência.

Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em reais

2.15 Reapresentação das demonstrações financeiras comparativas

A administração do Instituto está reapresentando os saldos comparativos das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em função de ajustes efetuados para correção de erros e melhor apresentação dos saldos do referido exercício. Esses ajustes produziram os seguintes impactos nas demonstrações contábeis do Instituto em relação aos valores anteriormente apresentados:

	Resultado	Patrimônio líquido
	2023	2023
Saldos apresentados originalmente	1.005.653	8.298.882
Ajustes decorrentes de:		
Provisão para férias	(34.603)	(290.665)
Custos de serviços prestados	(14.772)	
	956.278	8.008.217

Os impactos dessas alterações no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão apresentados a seguir:

a) Reapresentação do balanço patrimonial

	Como originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo			
Circulante	7.410.551	(290.665)	7.119.886
Não circulante	6.468.970	(2.960)	6.466.010
Total do ativo	13.879.521	(293.625)	13.585.896
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	5.577.679		5.577.679
Não circulante	2.960	(2.960)	
Total do passivo	5.580.639	(2.960)	5.577.679
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	7.293.229	(241.290)	7.051.939
Superávit acumulado	1.005.653	(49.375)	956.278
	8.298.882	(290.665)	8.008.217
Total do passivo e do patrimônio líquido	13.879.521	(293.625)	13.585.896

Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em reais

b) Reapresentação da demonstração do resultado

	Como originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida	10.041.136		10.041.136
Receitas com trabalhos voluntários		92.576	92.576
Custo dos serviços prestados	(7.489.714)	(49.375)	(7.539.089)
Superávit bruto	2.551.422	43.201	2.594.623
Despesas com trabalhos voluntários		(92.576)	(92.576)
Outras despesas operacionais	(1.292.448)		(1.292.448)
Superávit antes do resultado financeiro	1.258.974	(49.375)	1.209.599
Resultado financeiro	(253.321)		(253.321)
Superávit do exercício	1.005.653	(49.375)	956.278

c) Reapresentação das demonstrações dos fluxos de caixa

Os ajustes realizados nas demonstrações dos fluxos de caixa resultaram dos reflexos apresentados no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, os quais estão apresentados nos itens (a) e (b) acima, e não representaram mudanças significativas nas atividades por natureza.

3 Estimativas e premissas contábeis críticas

As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão relacionadas à revisão da vida útil e valor recuperável do ativo imobilizado.

Nesse sentido, a capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades do Instituto é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado.

Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em reais

4 Instrumentos financeiros por categoria

	Classifi- cação	2024	2023
Ativo, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa - caixa e bancos	(i)	1.172	573
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	(ii)	3.438.368	1.721.345
Títulos e valores mobiliários	(ii)	<u>5.051.072</u>	<u>5.197.749</u>
		<u>8.490.612</u>	<u>6.919.667</u>
Passivo, conforme balanço patrimonial			
Fornecedores	(iii)	<u>144.836</u>	<u>32.527</u>

Classificação

- (i) Ativos ao custo amortizado
- (ii) Ativos ao valor justo por meio do resultado
- (iii) Passivos ao custo amortizado

5 Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

	2024	2023
Caixa	1.170	570
Bancos conta movimento	2	3
Aplicações financeiras (i)	3.438.368	1.721.345
Aplicações financeiras - restritas (ii)	<u>5.051.072</u>	<u>5.197.749</u>
	<u>8.490.612</u>	<u>6.919.667</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.449.540)</u>	<u>(1.721.918)</u>
Títulos e valores mobiliários (ii)	<u>5.041.072</u>	<u>5.197.749</u>

- (i) Correspondem a aplicações financeiras de alta liquidez, podendo ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos do Instituto e têm como remuneração a taxa média da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- (ii) Correspondem a aplicações financeiras restritas, utilizadas para recebimento de Subvenção e utilização de recursos dos projetos descritos na Nota 12. Por estarem vinculadas, exclusivamente, aos projetos, são classificadas como aplicações financeiras - restritas, de alta liquidez e possuem remuneração pela taxa média da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6 Contas a receber de alunos

Correspondem aos valores faturados das mensalidades dos alunos particulares.

Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em reais

7 Estoques

	2024	2023
Móveis:		
Cadeiras	8.365	8.365
Mesas	5.180	5.180
Uniformes	12.662	23.984
Computadores	12.000	12.000
Outros	6.574	5.678
	<u>44.781</u>	<u>55.207</u>

8 Outros ativos

	2024	2023
Adiantamentos de viagens		974
Adiantamentos a terceiros (i)	<u>128.909</u>	<u>77.031</u>
	<u>128.909</u>	<u>78.005</u>
Circulante	<u>(73.053)</u>	<u>(22.149)</u>
	<u>55.856</u>	<u>55.856</u>

- (i) Do total de R\$ 128.909, o valor de R\$ 55.856, registrado no ativo não circulante, refere-se a um adiantamento efetuado há longa data a um prestador de serviços por trabalhos ainda não realizados, e em fase de renegociação.

Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em reais

9 Imobilizado

	Terrenos	Prédios e instalações	Móveis e utensílios	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Equipamentos de informática	Veículos	Biblioteca	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	325.071	1.882.255	314.602	7.069	426.696	20.123	4.445	2.374.213	5.354.474
Aquisições	305.587		636.099	4.468	78.050	274.542	38.850	469.307	1.806.903
Baixas - custo			(3.065)		(468.053)			(1.377)	(472.495)
Baixas - depreciação			1.579		142.705				144.284
Depreciação		(105.985)	(91.005)	(1.443)	(48.640)	(23.356)	(3.316)	(181.851)	(455.596)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>630.658</u>	<u>1.776.270</u>	<u>858.210</u>	<u>10.094</u>	<u>130.758</u>	<u>271.309</u>	<u>38.602</u>	<u>2.661.669</u>	<u>6.377.570</u>
Custo total	630.658	2.661.171	1.381.404	21.831	264.531	376.365	42.358	3.980.174	9.358.492
Depreciação acumulada		(884.901)	(523.194)	(11.737)	(133.773)	(105.056)	(3.756)	(1.318.505)	(2.980.922)
Valor residual	<u>630.658</u>	<u>1.776.270</u>	<u>858.210</u>	<u>10.094</u>	<u>130.758</u>	<u>271.309</u>	<u>38.602</u>	<u>2.661.669</u>	<u>6.377.570</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2024	630.658	1.776.270	858.210	10.094	130.758	271.309	38.602	2.661.669	6.377.570
Aquisições		3.200	531.326	9.154	16.812		12.194	2.468.436	3.041.122
Depreciação		(105.999)	(122.186)	(1.680)	(36.942)	(60.827)	(4.054)	(190.626)	(522.314)
Transferências			3.516	(3.525)	9				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>630.658</u>	<u>1.673.471</u>	<u>1.270.866</u>	<u>14.043</u>	<u>110.637</u>	<u>210.482</u>	<u>46.742</u>	<u>4.939.479</u>	<u>8.896.378</u>
Custo total	630.658	2.664.371	1.916.246	27.460	281.352	376.365	54.552	6.448.610	12.399.614
Depreciação acumulada		(990.900)	(645.380)	(13.417)	(170.715)	(165.883)	(7.810)	(1.509.131)	(3.503.236)
Valor residual	<u>630.658</u>	<u>1.673.471</u>	<u>1.270.866</u>	<u>14.043</u>	<u>110.637</u>	<u>210.482</u>	<u>46.742</u>	<u>4.939.479</u>	<u>8.896.378</u>
Taxas médias anuais de depreciação		4%	10% a 20%	10%	20%	20%	10%	3% a 10%	

O Instituto está instalado em imóveis de partes relacionadas por meio de contrato de comodato não remunerado (Nota 16(c)).

As taxas de depreciação utilizadas são aquelas referenciadas na legislação fiscal.

Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em reais

10 Fornecedores

Corresponde, substancialmente, à fornecedores de materiais de escritório, copa e cozinha e outros materiais de consumo e serviço. Essas obrigações são vencíveis em até 90 dias.

11 Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2024	2023
Provisão para férias e encargos sociais	366.061	290.666
Salários e ordenados a pagar	213.778	213.101
Outros encargos trabalhistas	36.009	12.262
	615.848	516.029

12 Adiantamentos para doações e subvenções

Correspondem a recursos financeiros recebidos em projetos firmados com determinadas entidades governamentais, que estão em fase de execução e são reconhecidos como receitas de doações e subvenções governamentais quando da ocorrência do efetivo gasto do recurso nas atividades vinculadas ao projeto.

(a) Composição dos saldos

	2024	2023
Lei Rouanet (i)	4.267.350	3.652.879
Programa de Ação Cultural - ProAc (ii)	212.609	77.918
Secretaria de Esportes (iii)	100.000	100.000
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA (iv)	34.673	1.126.969
Lei Aldir Blanc		51.519
	4.614.632	5.009.285

- (i) Corresponde a recursos recebidos via Lei Rouanet (Lei Federal de Incentivo à Cultura). Com o objetivo de manter a Instituição e dar continuidade a suas atividades, projetos e eventos culturais, o projeto será executado de janeiro a dezembro de 2025 e prevê uma agenda permanente de oficinas de formação cultural para o público infanto-juvenil, abrangendo dança, música, literatura, audiovisual, artesanato, cinema, espetáculos artísticos, feiras literárias e atividades de biblioteca.
- (ii) Corresponde a recursos recebidos do governo para o fomento do projeto “Cia Usina da Dança”, por meio do Programa de Ação Cultural - ProAC. Seu objetivo é incentivar a produção artística e cultural, com a implementação de um núcleo de pesquisa, criação e formação artístico-cultural na cidade de Ribeirão Preto, sediado no Instituto, instalado nas dependências do Instituto SEB. O valor total destinado ao projeto é de R\$ 652.715, com execução prevista entre agosto de 2024 a setembro de 2025. Desse montante, R\$ 440.106 incorridos em 2024 e R\$ 212.609 a incorrer em 2025.

Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em reais

- (iii) Corresponde a recursos captados por meio da Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) para o projeto "Fábrica de Esporte", que tinha como objetivo o fomento à prática de modalidades esportivas entre jovens, contemplando basquete, judô, vôlei e futsal. Entretanto, em razão da não obtenção do valor mínimo necessário para a execução, a entidade optou pela desistência do projeto, sendo que o montante captado será integralmente devolvido aos patrocinadores.
- (iv) Corresponde a recursos recebidos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ipuã (CMDCA), por meio do Termo de Fomento nº 05/2024 para o projeto "Plano Anual Agenda Cultural". O objetivo é oferecer projetos de desenvolvimento nas áreas artística cultural, educacional e social de crianças e adolescentes do município de Ipuã. O valor total destinado ao projeto é de R\$ 264.863, com execução prevista entre julho de 2024 a julho de 2025. Desse montante, R\$ 230.191 incorridos em 2024 e R\$ 34.673 a incorrer em 2025.

(b) Movimentação dos saldos dos principais programas

	2024				
	Lei Rouanet	PROAC	Secretaria de esportes	FMDCA Ipuã	Lei Aldir Blan
Saldos no início do exercício de 2023	3.652.879	77.918	100.000	1.126.969	51.519
Recebimento de novos recursos	4.263.568	376.237		132.432	
Rendimentos financeiros	3.782	6.718		850	11.350
Apropriação da receita (ii)	(3.652.879)	(248.264)		(1.225.578)	(51.519)
Saldos no final do exercício de 2024	<u>4.267.350</u>	<u>212.609</u>	<u>100.000</u>	<u>34.673</u>	<u>—</u>
Saldos de equivalentes de caixa vinculados às subvenções	<u>4.267.350</u>	<u>235.316</u>	<u>134.700</u>	<u>403.441</u>	<u>265</u>
					5.041.072

13 Provisão para contingências

O Instituto, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, avalia as probabilidades de ter contra si a materialização de determinadas contingências de natureza trabalhista, previdenciária, tributária, ambiental e cível. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos. O Instituto não possui conhecimento de nenhum ativo ou passivo contingente a ser registrado em 31 de dezembro de 2024.

14 Patrimônio líquido

Compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos superávits, diminuído dos déficits e ajustes quando aplicável.

- (a) O resultado do exercício (superávit ou déficit), juntamente com o saldo da rubrica Superávit acumulado, é transferido para a conta Patrimônio social após aprovação pelos órgãos competentes da administração, o que ocorre no exercício subsequente.

Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em reais

15 Receitas

A composição das receitas é a seguinte:

	2024	2023
Subvenções governamentais		
Lei Rouanet	4.959.120	5.006.505
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA	2.536.104	279.633
Programa de Ação Cultural - ProAc	230.224	463.593
Lei Aldir Blanc	42.987	
	<hr/>	<hr/>
	7.768.435	5.749.731
Contribuições e doações		
Doações de pessoas jurídicas	2.013.096	1.551.083
Contribuições e doações de pessoas físicas	744.555	990.767
Clube do bem	55.970	46.730
	<hr/>	<hr/>
	2.813.621	2.588.580
Sub-total	10.582.056	8.338.311
Eventos e promoções		
Eventos	942.285	1.028.085
Vendas de ingressos	813.198	451.000
Outros	375.189	223.740
	<hr/>	<hr/>
	2.130.672	1.702.825
Receita líquida	12.712.728	10.041.136

Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em reais

16 Trabalhos voluntários e gratuidades

(a) Trabalhos voluntários

O trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço recebido pelo Instituto de acordo com a Resolução CFC Nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a NBC ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros. O Instituto mensurou os trabalhos voluntários recebidos com base numa estimativa dos valores praticados pelo mercado nos correspondentes serviços recebidos, conforme demonstrado abaixo:

(a.1) Mensuração das horas alocadas em atividades de gestão

Mensuração das horas de trabalhos voluntários em 2024					
Cargos	Reuniões no ano (unidade)	Trabalhos presenciais (horas)	Número de participantes (unidade)	Valor da hora (R\$)	Total em horas (horas)
Conselho deliberativo	12	96	5	118	504
Conselho fiscal	1		4	80	8

Mensuração das horas de trabalhos voluntários em 2023					
Cargos	Reuniões no ano (unidade)	Trabalhos presenciais (horas)	Número de participantes (unidade)	Valor da hora (R\$)	Total em horas (horas)
Conselho deliberativo	12	96	5	112	504
Conselho fiscal	1		4	76	8

As horas estimadas consideram as reuniões e, também, outras atividades ocorridas durante o ano (eventos, atendimentos etc.). O total da remuneração estimada está assim demonstrado:

(a.2) Mensuração dos trabalhos voluntários

	2024	2023
Atividade de gestão (conselhos)		
Conselho deliberativo	59.472	56.448
Conselho fiscal	640	608
Subtotal	60.112	57.056
Pessoas jurídicas:		
Aluguel (comodato não remunerado)	40.788	35.520
Total	100.900	92.576

Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em reais

(b) Gratuidades

As gratuidades devem ser reconhecidas pelos valores dos serviços efetivamente praticados pelo Instituto de acordo com a Resolução CFC Nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a NBC ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros. O Instituto mensurou as gratuidades concedidas, correspondentes ao serviço efetivamente praticado, conforme demonstrado a seguir:

	2024	2023
Aulas de <i>Ballet</i>	656.700	783.156
Aulas de músicas	172.216	203.720
Ingressos de espetáculos	80.715	66.525
Figurino de espetáculos	149.241	157.685
Serviços pedagógicos	<u>205.172</u>	<u>237.336</u>
Total	<u>1.264.044</u>	<u>1.448.422</u>

17 Custo, Despesas gerais e administrativas e outras receitas, líquidas, por natureza

	2024	2023
Serviços de terceiros - pessoas físicas	(2.983.922)	(2.703.349)
Serviços de terceiros - pessoas jurídicas	(2.978.643)	(2.424.878)
Eventos promovidos	(561.492)	(481.800)
Amortizações e depreciações	(522.870)	(457.717)
Salários, encargos sociais e benefícios a funcionários	(388.151)	(273.090)
Manutenção do imobilizado	(383.543)	(262.299)
Materiais pedagógicos	(28.475)	(58.992)
Materiais de uso e consumo	(176.874)	(86.001)
Energia elétrica, água e telefonia	(111.025)	(94.303)
Combustíveis e lubrificantes	(73.038)	(72.372)
Correios e transportes	(19.863)	(2.714)
Despesas tributárias	(52.655)	(23.184)
Máscara de proteção COVID		(1.527.840)
Prestação de serviços de terceiros	3.358	(15.372)
Outras despesas, líquidas	<u>(417.019)</u>	<u>(347.626)</u>
	<u>(8.694.212)</u>	<u>(8.831.537)</u>

Representado por:

Despesas gerais e administrativas	(1.867.251)	(1.292.448)
Custo dos serviços prestados	(6.840.336)	(7.539.089)
Outras receitas, líquidas	<u>13.375</u>	
	<u>(8.694.212)</u>	<u>(8.831.537)</u>

Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em reais

18 Resultado financeiro

	2024	2023
Rendimentos sobre aplicações financeiras	354.119	365.785
Descontos financeiros obtidos	3.473	223
Outras receitas financeiras		136.244
Receitas financeiras	357.592	502.252
 Tarifas bancárias	 (39.144)	 (24.490)
Multas e juros passivos	(5.231)	(335)
Descontos financeiros cedidos		(4.055)
Outras despesas financeiras	(71)	(726.693)
Despesas financeiras	(44.446)	(755.573)
 Resultado financeiro	 313.146	 (253.321)

19 Partes relacionadas

Conforme descrito na Nota 1(b), a administração do Instituto está a cargo de Conselhos deliberativo e fiscal, que são as partes relacionadas com as quais há relacionamento.

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal; e devido à natureza jurídica do Instituto, referidos membros não recebem qualquer remuneração pelos serviços prestados nas suas respectivas funções; entretanto, atendendo as práticas contábeis vigentes, uma estimativa de valor aplicável é demonstrada na Nota 16.

20 Cobertura de seguros

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras; consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21 Eventos subsequentes

Em 28 de julho de 2025, o Instituto adquiriu, mediante contrato particular de compra e venda, um imóvel urbano localizado na Avenida do Café, nº 643, em Orlândia, estado de São Paulo. O bem, identificado como “Uma Casa de Morada”, foi adquirido pelo valor de R\$ 950.000.

* * *